

AS CONTRADIÇÕES DA AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL ENTRE 2004 E 2012¹

The contradictions of Venezuela's foreign policy towards regional integration between 2004 and 2012

Mariana Davi Ferreira²

Introdução

As transformações que marcam o cenário político venezuelano a partir de 1998 configuram o processo denominado como “Revolução Bolivariana”³, que se desenvolveu concomitantemente à emergência de governos de esquerda e centro-esquerda em outros países da América Latina. Neste artigo, abordamos as contradições imbricadas na construção da *política externa venezuelana (PEV) para a integração regional entre 2004 e 2012*. Debruça-se, assim, sobre a configuração do projeto de integração regional presente na agenda da PEV durante o governo de Hugo Chávez Frías (1999-2013), levando em consideração a sua condição de economia dependente (MARINI, 2005) e exportadora de petróleo, a partir da sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho (DIT).

O cenário latino-americano no qual o objeto aqui analisado se insere é marcado por inflexões que resultam da crise das políticas de ajustamento neoliberais, abrindo espaço para que, principalmente, no campo da política, sucedessem mudanças de percepção e imagens coletivas que têm como síntese uma *agenda antineoliberal*. Mesmo apontando para uma possível unidade em torno do questionamento ao neoliberalismo, essa inflexão conduziu a diferentes experiências nacionais, em virtude das particularidades das formações sociais de cada Estado. O processo político vivenciado na Venezuela destacou-se pelo caráter

¹ Este artigo apresenta parte dos resultados da dissertação defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC, em 2016, sob a orientação de Jaime Coelho.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), vinculada ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: marianadaviferreira@gmail.com

³ O termo “Revolução Bolivariana” é utilizado pelo governo para denominar o processo em curso na Venezuela a partir de 1998.

anti-imperialista e de maior radicalidade em comparação aos demais governos que configuram o ciclo de líderes progressistas na América Latina (vide Brasil e Argentina, entre 2003 e 2015).

Assim, a análise da política externa da Venezuela pressupõe considerar a especificidade da “Revolução Bolivariana”. A experiência venezuelana é *sui generis* pelo caráter mais radicalizado do governo e pelo rentismo petrolero que torna sua situação de economia dependente particular. Desde o início do século XX, quando se iniciou a exploração petrolera em território venezuelano, o petróleo é um elemento norteador da sua política externa, conformando uma *diplomacia petrolera* (SERBIN, 2011; MARINGONI, 2004).

Sendo traço norteador da inserção internacional do Estado venezuelano, o petróleo foi central na construção do projeto de *integração bolivariana*⁴ defendido pelo governo Chávez. Nesse período, a integração regional passou a compor espaço de destaque na agenda da PEV, constituindo-se como *instrumento* para a construção de um *polo de poder alternativo* em contraposição à unipolaridade estadunidense (VENEZUELA, 2012a).

Sobre o recorte temporal da pesquisa, ressaltamos que este abarca acontecimentos que têm forte impacto no objeto estudado. O ano de 2004 foi de mudanças importantes na política externa e na política doméstica venezuelana: a vitória no Referendo Revogatório para a continuidade do mandato presidencial de Hugo Chávez e a criação da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba). Já 2012 diz respeito ao último ano de Chávez na presidência da República⁵.

O objetivo deste artigo consiste em analisar a plataforma de PEV para a integração regional no contexto do governo Chávez entre 2004 e 2012. A análise aqui construída considera as *contradições* implicadas nesse processo entre as possibilidades advindas da renda petrolera para financiar um projeto de integração latino-americanista e os limites de consolidação deste ante as dificuldades de superação do rentismo. A *hipótese* aqui aventada é que o Estado venezuelano, baseado na renda petrolera, fez uso da diplomacia petrolera para impulsionar seu projeto de integração de conteúdo claramente anti-imperialista e latino-americanista.

Para compreender o lugar da integração regional na agenda da PEV no período supracitado, partiu-se dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Social Crítica, com base em análises do pensamento social e político latino-americano. A partir desse recorte teórico-metodológico, foram analisados documentos oficiais do *Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores* (MPPRE) e dos processos de integração regional dos quais o Estado venezuelano participou entre 2004 e 2012, além da análise de dados da economia venezuelana.

Por fim, o artigo está dividido em três momentos. 1º) apresentam-se os condicionantes da economia petrolera que particularizam o subdesenvolvimento venezuelano e como isso se expressa na política

⁴ *Integração bolivariana* refere-se ao projeto de integração regional para a América Latina e o Caribe, construído pela PEV no governo Chávez. Tem como princípio a busca pela unidade latino-americana ao retomar o ideal de Simón Bolívar, que, por isso, adjetiva o projeto.

⁵ Aqui não tratamos dos impactos da morte de Chávez sobre os rumos da PEV. Existem novos elementos para a análise do objeto aqui estudado após 2012, pois o projeto da integração bolivariana sofreu impacto da atual crise venezuelana e dos processos mais amplos vivenciados na região, podendo constituir uma interessante agenda de estudo. Entretanto, por apresentar resultados de uma pesquisa de mestrado já concluída, este trabalho não adentra nesta seara.

externa centrada na diplomacia petroleira, com o recorte da política externa no governo de Hugo Chávez. 2º) analisam-se as movimentações do Estado venezuelano para implementar o projeto da *integração bolivariana*. E 3º) apresentam-se as contradições que obstaculizam a consolidação da *integração bolivariana*.

Subdesenvolvimento em abundância de divisas: o rentismo e a diplomacia petroleira na Venezuela

A conformação do caráter rentista da economia venezuelana, ao longo do século XX, e como consequência, a reconfiguração das frações da burguesia, com foco no período democrático da Venezuela, resultaram na configuração da *diplomacia petroleira* como perfil da inserção internacional do Estado venezuelano. Dessa maneira, compartilha-se aqui a consideração metodológica de que “para entender o governo Chávez e o que de fato está em disputa nele, é preciso compreender a estreita inter-relação entre petróleo, poder, dinheiro e sociedade” (MARINGONI, 2004, p. 85).

A inserção dependente da Venezuela na dinâmica do capitalismo mundial foi consolidada com a posição da sua economia na DIT, a desempenhar prioritariamente o papel de exportadora de produtos primários (café e cacau), da mesma forma que as demais economias da América Latina. Entretanto, no início do século XX, com a descoberta de grandes reservas de petróleo em Zulia e na região costeira do país, este passou a ser o principal componente da pauta exportadora venezuelana.

Mediante esta mudança na pauta exportadora da Venezuela, o aparelho estatal passou a ter um papel ainda mais central na economia, pelo petróleo ser um recurso natural do qual o Estado é proprietário. A renda petroleira tornou-se uma importante fonte de divisas para o país, com implicações estruturais para a composição da renda nacional e destaque para a participação estatal no “negócio”. Esta renda petroleira é “a classe de remuneração a que tem direito o proprietário [o Estado] de meios de produção não produzidos [o petróleo], quando esses meios são parte de uma relação econômica [...] moderna” (BAPTISTA, 2005, p. 98, tradução nossa). Deste modo, o Estado recebe uma porcentagem do resultado da exploração do petróleo, a partir da relação estabelecida com as companhias que exploram o recurso em solo venezuelano. Portanto, “a renda resulta das relações sociais nas quais se realiza a exploração. Ela não poderia resultar da natureza mais ou menos sólida, mais ou menos durável da terra. A renda não provém do solo, mas da sociedade” (MARX, 2009, p. 182).

Para Baptista e Mommer (1989), existe uma particularidade na composição da *renda petroleira* que a diferencia do *ingresso nacional*, porque a primeira é uma remuneração internacional do petróleo (enquanto recurso natural nacional). Na leitura desses autores, a renda petroleira constitui parte da renda nacional da Venezuela e não do produto, pois é uma remuneração da renda territorial do petróleo originada no mercado internacional. Segundo Baptista (2005, p. 99, tradução nossa), a renda do petróleo “não deve formar parte do produto pela elementar razão de que nem o trabalho nem o capital nacional estão por trás de sua geração”.

Assim, a renda nacional na Venezuela possui dois componentes: o *ingresso nacional* e a *renda petroleira*. Esses elementos se diferenciam no que tange à *origem* e ao *destino*. Em relação à origem, Baptista e Mommer (1989, p. 15, tradução nossa) apontam que:

O primeiro componente varia com o desenvolvimento da produtividade e com o tamanho da população economicamente ativa; Em vez disso [...], a renda petroleira depende do grau de monopólio que se exerça sobre o recurso natural; das diferenças entre a produtividade natural dos campos de petróleo venezuelanos ou a de localizados nos países consumidores e das fontes alternativas de energia.

O *ingresso nacional* tem seu destino determinado no processo de produção, a partir das relações capital \times trabalho, influenciado também pela dinâmica do mercado. Já a *renda petroleira* tem seu destino determinado pela orientação do gasto público. Essa característica aponta: i) a *influência de variáveis políticas na distribuição da renda petroleira* e ii) a centralidade do Estado, proprietário do recurso natural, como *agente distribuidor* dessa renda na economia venezuelana. Nessa direção, Furtado (2008, p. 57) infere que “os fatores dinâmicos primários do desenvolvimento venezuelano são a expansão petroleira e a forma como o governo utiliza a parte que lhe cabe dos frutos dessa expansão”.

Em síntese, aponta-se a centralidade do Estado enquanto *agente distribuidor* em uma economia petroleira. Ao se tornar o principal produto da pauta exportadora do país, o petróleo passa a ser determinante no modelo de inserção internacional do Estado venezuelano.

A expansão do setor se deu de forma rápida na Venezuela e resultou na ampliação da exportação e em mais divisas para o Estado. Já em 1930, a Venezuela era o maior exportador de petróleo do mundo e tinha mais de cem companhias trabalhando na exploração petroleira em seu território (EWELL, 2002). Destarte, a renda petroleira passou a ser o elemento dinamizador do desenvolvimento capitalista venezuelano. Entretanto, Furtado (2008, p. 43) ressalta que “a rigor, porém, não são as exportações o verdadeiro fator dinâmico da economia venezuelana. Esse papel cabe à parte do valor das exportações petroleiras que retorna ao país, pois somente essa parte gera um fluxo de renda no território nacional”.

Devido ao caráter internacional da renda petroleira, o crescimento das exportações de petróleo não possuía vinculação direta com o desenvolvimento dos demais setores da economia venezuelana. Essa questão é evidenciada com a ampliação da capacidade fiscal do Estado e, com isso, a expansão da capacidade de importação. Houve aumento do consumo de bens importados, mediante diminuição do consumo de artigos de produção interna, demonstrando que o crescimento da entrada de divisas derivadas da exportação de petróleo não resultou, de imediato, no desenvolvimento do setor produtivo nacional. Estruturalmente, acentua-se a dependência em detrimento da diversificação produtiva. A elevação do preço do petróleo no mercado internacional beneficia os termos de intercâmbio externo para a Venezuela. Entretanto, a vulnerabilidade externa torna a economia venezuelana refém das variações do preço do petróleo.

Nesse processo, a elevação do índice de importações trouxe implicações sobre os demais setores da economia venezuelana. A agricultura estagnou, o que levou a um enfraquecimento da fração da burguesia⁶ ligada à exportação de produtos agrícolas. Os lucros do setor petroleiro tendiam a concentrar-se no grupo de importadores de bens de consumo duráveis e de qualidade e de bens de capital (FURTADO, 2008). Ocorreu,

⁶ A noção de “fração de classe” foi sistematizada por Nicos Poulantzas, mas possui suas bases teóricas nas formulações de Marx e Engels. No *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, ao caracterizar as classes dominantes, advertiam: “A burguesia vive em conflitos permanentes: inicialmente contra a aristocracia; mais tarde, contra segmentos da própria burguesia, cujos interesses passaram a se opor ao progresso da indústria; e sempre contra a burguesia dos demais países” (MARX; ENGELS, 2012, p. 24).

assim, o fortalecimento da fração da burguesia comercial ligada ao comércio/negócios de importação e da fração da burguesia ligada ao capital financeiro.

A rearticulação das frações da classe dominante corresponde às mudanças no regime de acumulação rentista venezuelano. Segundo Seabra (2012), o mecanismo de acumulação capitalista, pautado na renda petroleira, origina uma oligarquia formada pelas frações da burguesia vinculadas ao modelo rentista, no qual o Estado – enquanto agente distribuidor – e o capital internacional têm importante participação. Inaugurou-se, em razão disso, uma relação direta entre o rentismo petroleiro e os regimes políticos na Venezuela, desde o período ditatorial até o período democrático, que se estabelece a partir de 1958, com o pacto de conciliação de classes puntofijista (MARINGONI, 2004). Esse processo só é alterado, conjunturalmente, com a eleição de Chávez como Presidente, em 1998.

A dinâmica da economia rentista em um país subdesenvolvido demandou a consolidação de um aparato estatal com capacidade de ordenar os interesses das frações da classe dominante que passaram a se movimentar diferentemente nesse novo cenário. A alteração nas relações de classe levou à formação de um novo *bloco no poder*⁷. O Estado venezuelano passa a ter uma centralidade como: i) proprietário do recurso natural e ii) “agente distribuidor” (BAPTISTA, 2005) da renda petroleira que retorna ao país. Por um lado, o aparato estatal tem a tarefa de estabelecer a legislação para a exploração do recurso natural, o que pressupõe estabelecer relação com as demandas do capital externo, diante da necessidade do investimento estrangeiro para o desenvolvimento do setor, tendo em vista que a exploração do petróleo era feita majoritariamente por meio de concessões às empresas estrangeiras. Por outro, como “agente distribuidor”, o Estado tem de administrar as relações relativas aos interesses das diferentes frações de classes.

Até 1958, diferentes regimes ditatoriais governaram a Venezuela. É neste ano que se consolida o regime democrático na Venezuela, por meio do *Pacto de Punto Fijo*⁸. A configuração da economia rentista anteriormente apresentada prossegue, nesse contexto, com diferenciações diante de um período “democrático”. No que concerne à política externa, o petróleo continua a ser elemento determinante na inserção internacional venezuelana, no período *puntofijista*, sendo altamente delimitada pela disputa em curso no cenário internacional que se materializou na região latino-americana.

O fato é que a PEV, de 1958 a 1998, foi a expressão do sistema de conciliação de elites, no qual se baseou o *Pacto de Punto Fijo*. A aliança entre diferentes frações da burguesia buscou atenuar os conflitos e controlar qualquer possibilidade de ebulição popular, com base na renda do petróleo. No plano internacional seguiu-se a cartilha de *defesa dos regimes democráticos e da estabilidade política na América Latina* a partir da busca de projeção como “exemplo de país democrático” (RUIZ, 2011).

No plano econômico, destaca-se o protagonismo venezuelano na articulação internacional da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), em 1960. Com a brusca queda do preço do

⁷ Poulantzas (1978) caracteriza a relação do Estado capitalista com as classes e frações de classe por meio do conceito de *bloco no poder*, que é uma unidade contraditória entre diferentes frações da classe dominante a fim de manter o seu interesse político geral, a saber: a manutenção do modo de produção capitalista.

⁸ Pacto estabelecido entre os partidos com mais expressão naquele cenário político: AD, Copei e URD. Foi possível a composição de um pacto social pelo consenso de determinadas forças políticas que se comprometem com uma agenda que garanta a estabilidade da “ordem democrática recém-surgida”.

petróleo em 1959, as nações exportadoras de petróleo protagonizaram articulações que resultariam na criação da Opep. A liderança venezuelana decorreu de sua maior experiência como exportador de petróleo (CORONIL, 2015). Compreende-se que a Venezuela buscou na articulação da Opep um mecanismo que proporcionasse maior margem de manobra do país ante a dependência das oscilações do preço do petróleo.

Esse transcurso demonstrou a centralidade do petróleo para as definições da plataforma da política externa do país. Ruiz (2011) defende a tese de que a Venezuela possui uma *diplomacia petroleira* como resultado da *projeção internacional do rentismo*. A análise da política externa no *puntofijismo* levou à hipótese⁹ de que existem duas conformações possíveis para essa *diplomacia petroleira*, quais sejam: i) *o petróleo como fim*: a busca por articulações internacionais que tenham como *objetivo* o aumento dos rendimentos do petróleo para o Estado e ii) *o petróleo como meio* – a utilização da renda petroleira como *instrumento* para promover a projeção internacional do Estado venezuelano, de acordo com os interesses e o direcionamento de cada governo, no delineamento da política externa¹⁰. Com Chávez a *diplomacia petroleira* conforma-se como fim ou como meio? É o que será problematizado a seguir.

A política externa venezuelana no governo Chávez: diplomacia petroleira e a integração bolivariana

A eleição de Hugo Chávez Frías (1998) resultou na construção de uma agenda de política externa na qual a integração regional passou a ter centralidade. Em resposta ao desgaste do pacto de conciliação, baseado na renda do petróleo, como resultado de uma década de intensa mobilização popular, emergiu uma nova etapa da vida política venezuelana, intitulada pelos bolivarianos como a fundação da “V República”. Iniciou-se a construção de um novo sistema político no país, que não superou todas as contradições presentes no período *puntofijista* e a condição petroleira da economia, mas buscou construir uma nova cultura democrática no país, a partir da retomada de elementos do bolivarianismo. A análise, a seguir, aborda as mudanças que ocorreram no plano da PEV para a integração regional no governo Chávez.

A nova estratégia de política externa da Venezuela pode ser definida em quatro metas-síntese: i) construção de uma ordem mundial multipolar; ii) fortalecimento da cooperação dos países que compõem o eixo Sul-Sul; iii) impulso ao ideal bolivariano de integração e iv) combate à agenda neoliberal (RUIZ, 2011, p. 59).

A Assembleia Nacional Constituinte foi um marco nesse processo que permitiu a formulação de uma nova Constituição Nacional em 1999. No campo da política externa, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela concedeu grande relevância à integração regional, sobre a qual trata o artigo 153, ao apontar a necessidade de “impulsionar e consolidar a integração latino-americana de acordo com o princípio de não intervenção e autodeterminação dos povos” (VENEZUELA, 1999, *online*, s.p., tradução nossa).

A promoção de uma unidade latino-americana é constituída em contraposição ao projeto regional alinhado à política externa estadunidense, percebendo o projeto estadunidense para a América Latina como

⁹ As experiências da PEV a partir da segunda metade do século XX demonstram o uso da *diplomacia petroleira* como fim e como meio. Em um mesmo governo, as duas conformações podem se apresentar. Entretanto, em momentos nos quais o preço internacional do petróleo esteve elevado, a *diplomacia petroleira* tendeu a se configurar no uso do *petróleo como meio*.

¹⁰ Na década de 1970, com o aumento dos rendimentos do petróleo, ganha contornos mais claros a utilização da *diplomacia petroleira* como *instrumento* para concretizar no plano internacional a projeção do país.

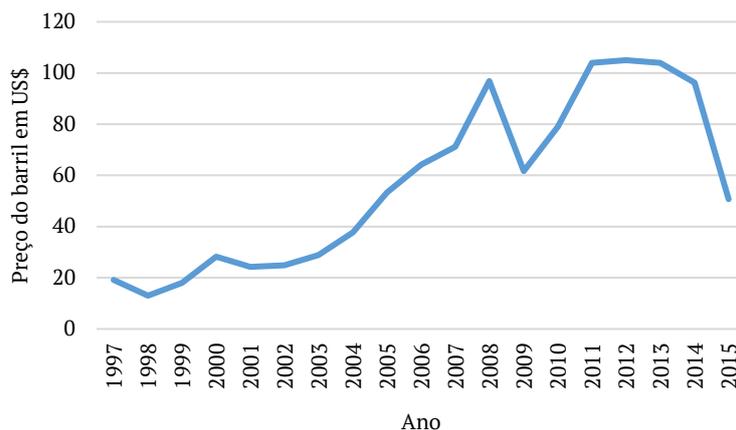
um aprofundamento da dominação externa. Dessa forma, “[...] este novo horizonte – fixado pelo governo revolucionário – encerra uma radical mudança das regras do jogo, cujo ponto determina que a PEV não será traçada desde Washington e que a integração constituirá um escudo ante a agressão imperial” (VENEZUELA, 2012a, p. 73, tradução nossa). Aqui fica claro o projeto político que orienta a inserção internacional da Venezuela na construção de processos de integração regional. A construção de uma integração latino-americana tem como objetivo consolidar um *polo alternativo de poder* e é norteadada por valores que remontam ao ideário de unidade construído por Simón Bolívar, no século XIX.

Parte-se da hipótese de que 2004 corresponde a um período de inflexão para o país, no que tange à política interna e externa. Em agosto de 2004, ocorreu o Referendo Revogatório, no qual o mandato de Chávez foi ratificado por 59% da população que foi às urnas. Nesse mesmo ano, foi lançado *El Nuevo Mapa Estratégico*, que colocou como centralidade a crítica ao capitalismo, a necessária construção do socialismo e a conformação de uma política externa com objetivos mais definidos. Nele, constam dez objetivos estratégicos da “Revolução Bolivariana”, entre os quais se acha o objetivo de “seguir impulsionando o novo sistema multipolar e internacional” (VENEZUELA, 2005, p. 53). Esse processo influenciou também na PEV para a integração regional, haja vista que no ano de 2004 a Venezuela foi incorporada como Estado-associado ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) e protagonizou a construção da Alba, em oposição à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que seria arquivada no ano seguinte.

Dois importantes processos influenciaram nos acontecimentos acima explicitados: o golpe de Estado, em 2002, seguido pela paralisação da atividade petroleira nacional. O golpe contou com forte apoio de ONG's internacionais, como o *National Endowment for Democracy* (NED) e o *International Republican Institute* (IRI) que, na Venezuela, atuavam junto a setores políticos de oposição ao governo Chávez. Os dois organismos financiaram a *Cordinadora Democrática*, agrupamento de vários partidos que faziam oposição ao governo Chávez, junto ao *SÚMATE*, organização de setores da sociedade civil. Assim, o golpe de 2002 teve participação de setores das Forças Armadas, da mídia privada e da *Coordinadora Democrática* (OLIVEIRA, 2011). Em seguida, entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, ocorreu o *Paro Petrolero*, produto de uma articulação entre setores oposicionistas, a *FedeCámaras* e membros da direção da PDVSA. No primeiro trimestre de 2003, foi registrada uma queda de 27% do PIB venezuelano. O diálogo entre oposição e governo foi mediado internacionalmente e resultou na indicação da realização do Referendo Revogatório (CÍCERO, 2015).

Outra variável importante no que tange à nossa hipótese foi o aumento do preço do petróleo. Como demonstra o Gráfico 1, a média anual do barril do petróleo cru subiu de 13 dólares no ano das eleições presidenciais, 1998, para 96,9 em 2008, quando retorna uma tendência de queda. Esse aumento foi central para o desenvolvimento da *diplomacia petroleira* na construção da *integração bolivariana*.

Gráfico 1 – Média anual do preço do barril do petróleo cru (1997-2015)



Fonte: WORLD BANK DATA (elaboração própria).

Nesse cenário, a recondução da PEV estabeleceu como traço prioritário da agenda diplomática da Venezuela a integração regional. O país delineou um projeto político específico para a América Latina e Caribe, atrelado ao objetivo estratégico da PEV: a construção de uma ordem multipolar. No documento *Emancipación de la Política Exterior de Venezuela* (2012), afirma-se que: “Se o caminho para a pluripolaridade (sic) é a integração, então, tenhamos como norte a consolidação de nossas alianças regionais imediatas, construindo e consolidando as distintas fases de atuação” (VENEZUELA, 2012a, p. 74, tradução nossa).

No documento *El Nuevo Mapa Estratégico* (2004), Chávez menciona a existência de dois diferentes eixos na geopolítica regional, que representam projetos políticos opostos para a América Latina, a saber: o *Eixo Bolívar*, formado por Brasília, Caracas, Havana e Buenos Aires, e o *Eixo Monroísta*, composto pelas conexões entre Bogotá, Quito, Lima, La Paz e Santiago, sob a influência do Pentágono. Entretanto, é importante mencionar que após a eleição de Evo Morales (2006) e Rafael Correa (2007), como presidentes da Bolívia e do Equador, respectivamente, La Paz e Quito se tornaram parceiros prioritários de Caracas, passando a compor o *Eixo Bolívar*.

A centralidade de um novo modelo de integração regional, na agenda da PEV compõe as estratégias de enfrentamento ao modelo neoliberal de integração hegemônico, iniciado na década de 1990, num movimento de inflexão que conforma um campo de disputa entre diferentes projetos políticos para a América Latina. Esta pesquisa compartilha o entendimento de que vigoram, no período estudado, três projetos políticos em disputa para a América Latina: i) o projeto imperialista neoliberal, alinhado ao projeto da política externa estadunidense para os países latino-americanos, com participação de frações burguesas associadas e dependentes do capital internacional¹¹; ii) o projeto neodesenvolvimentista, que corresponde aos interesses do “empresariado regional”; e iii) o projeto do “Socialismo no século XXI”, representado pela PEV (BOCCA, 2013, p. 12; KATZ, 2010). É importante ressaltar que a configuração de tais projetos políticos é um movimento híbrido, que expressa conexões e contradições no campo das experiências históricas concretas.

¹¹ Representado regionalmente pela Aliança para o Pacífico.

Nesse contexto, tais projetos políticos estão presentes nos diferentes processos de integração em curso na região. Os processos de integração regional que remetem à unidade latino-americana, com caráter anti-imperialista declarado e de contestação à dependência externa, se inserem no Eixo Bolívar, com o protagonismo da PEV. Esse processo ocorre por meio da emergência do projeto do “Socialismo no século XXI”, que reivindica o projeto latino-americanista e a construção de uma *integração bolivariana*. Esses arranjos se configuram como alternativa aos ajustes neoliberais, direcionada à busca por autonomia, seja ela de forma associada a outras potências emergentes do século XXI, na busca de um modelo próprio de desenvolvimento, seja com um direcionamento de enfrentamento mais direto aos interesses imperialistas¹².

Assim, a partir de 2004, torna-se mais definido o teor dessa proposta de integração regional defendida pela *Casa Amarilla*, que se aproxima mais da dimensão política, ideológica e militar. A plataforma dessa *integração bolivariana* tem como centralidade os princípios da igualdade, da equidade e da solidariedade entre os povos e nações, e da unidade para a superação da pobreza. Assim, a partir da coesão política entre os Estados envolvidos, a promoção da *integração bolivariana* “se propunha a criar um bloco de poder sul-americano capaz de influenciar na política mundial” (ALTMANN, 2011, p. 79, tradução nossa). Entre os processos de integração desse contexto destacam-se a Alba e a Celac.

As mudanças institucionais permitem apontar a inflexão na PEV e a centralidade da integração regional no governo Chávez, que se apresentam: i) no destaque apontado para a integração na nova Constituição de 1999; ii) no teor dos documentos governamentais, remetendo a Bolívar, à unidade latino-americana e à centralidade da integração da região; iii) nas iniciativas do Estado venezuelano em fomentar arranjos regionais desde 2004.

O objetivo do MPPRE era projetar o Estado venezuelano como “potência energética mundial” e liderança na construção da *integração bolivariana*, por meio da diplomacia petroleira, para a conformação de um polo contra-hegemônico de poder. É importante apontar que o uso do petróleo como instrumento para a construção de uma agenda de política externa não é particular do governo Chávez, mas constitui um traço de continuidade em relação à diplomacia exercida no período *puntofijista*. Entretanto, no governo Chávez, as movimentações em torno da indústria petroleira iniciaram-se com a proibição da privatização da *Petróleos de Venezuela, S.A* (PDVSA). O artigo 303 da Constituição de 1999 prevê o controle total do Estado sobre o petróleo.

No plano internacional, a Venezuela exerce a *diplomacia petroleira* na tentativa de diversificar os países com os quais comercializava petróleo e retorna às articulações com os países produtores de petróleo, tornando-se, novamente, um membro ativo na Opep. Nessa movimentação, o objetivo das articulações internacionais tem o *petróleo como fim*. Por outro lado, a segunda forma que adquire a *diplomacia petroleira*, tendo o *petróleo como meio*, foi utilizada para a promoção da plataforma da política externa do governo Chávez, principalmente no que tange à integração regional. Nas palavras de Chávez: “O acervo energético do país possibilita uma estratégia que combina o uso soberano do recurso com a integração regional e mundial” (VENEZUELA, 2007, p. 4, tradução nossa). De maneira nítida, o documento aponta que: “Dada a

¹² Representa o projeto político da Alba em oposição à proposta da Alca.

privilegiada posição da demanda de energia no mundo e os recursos do país, a economia dos hidrocarbonetos deverá seguir tendo um papel relevante na política internacional da Venezuela para o fortalecimento das relações multipolares no planeta e, em particular, para a política de integração regional” (Ibid., p. 40, tradução nossa).

Nessa citação, demonstra-se o uso da condição petroleira da economia venezuelana na estratégia de inserção internacional do Estado e no fomento a um novo formato de arranjos regionais. Nesse contexto, é importante ressaltar que as mudanças em curso, interna e externamente, não alteraram o caráter rentista da economia venezuelana. Desse modo, a efetivação do modelo de integração regional, desenvolvido pela PEV no período analisado, dependia fortemente do nível dos preços do petróleo no mercado internacional.

Movimentação da Venezuela para a construção da integração bolivariana

Compartilha-se a compreensão de que, no período estudado, existiam três projetos em disputa nos processos de integração em curso na América Latina, como apresentado (BOCCA, 2013): 1º) o projeto neoliberal, representado por articulações como a Aliança para o Pacífico, o Nafta e os Tratados de Livre Comércio (TLC); 2º) o projeto neodesenvolvimentista, representado por arranjos como a Unasul e o Mercosul, por conseguirem abranger a participação de Estados latino-americanos com concepções diferenciadas de integração regional; 3º) o projeto do “Socialismo no Século XXI”, que tem como síntese a proposta da *integração bolivariana*, impulsionado pela PEV e que vem se delineando em arranjos regionais como a Alba. Este último foi desenvolvido por meio de processos de integração regional nos quais os Estados são os atores, mas também por meio da *diplomacia dos povos*, que prevê a articulação regional de movimentos sociais e outros atores políticos, como partidos e organizações políticas, entre outras.

Nesse cenário, a hipótese aqui desenvolvida é de que a PEV buscou projetar seu modelo de integração bolivariana por dois caminhos. O primeiro, na construção de novos arranjos regionais como a Alba e o PetroCaribe, a partir da diplomacia petroleira, nos quais a Venezuela cumpre a função de liderança. O segundo caminho refere-se à participação em arranjos regionais mais plurais, como o Mercosul, a Unasul e a Celac. A participação nesses processos também possuía a intencionalidade de projetar os princípios da *integração bolivariana*, entretanto não se obteve êxito em “reformular” esses arranjos entre 2004 e 2012. Em publicação do MPPRE, em 2012, há a síntese das movimentações da Venezuela com relação à integração regional:

A política externa bolivariana, depois de anular a ALCA por meio da ALBA, Petrocaribe, PETROSUR e PETROAMERICA, tem como prioridade o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, o Banco do Sul e a consolidação da CELAC. A revolução bolivariana aponta para sua própria insubordinação fundante – o socialismo no século XXI –, justo quando o capitalismo global entrou em uma crise profunda. (VENEZUELA, 2012a, p. 15, tradução nossa).

A partir de 2004, para além de mudanças no âmbito doméstico e de formulações mais nítidas do MPPRE no que tange aos objetivos estratégicos, visualizou-se uma série de movimentações do Estado venezuelano no campo da integração regional latino-americana e caribenha. Inicialmente, o ano foi marcado pela articulação de diferentes forças sociais em torno da questão referente à Alca. A PEV teve papel protagonista na resistência à Alca, construindo – em oposição – a proposta da Alternativa Bolivariana para

as Américas (Alba)¹³. No ano seguinte, na 4ª Cúpula das Américas, em *Mar del Plata*, a proposta da Alca seria derrotada¹⁴. Outra mudança significativa foi a retirada da Venezuela da Comunidade Andina das Nações (CAN), arranjo do qual foi Estado membro-fundador, em 1989. Nos anos seguintes, a Venezuela continuou a participar da construção de outros arranjos regionais, como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Principais processos de integração regional com participação da República Bolivariana (2004-2012)

2004	- Formação da Comunidad Sudamericana de Naciones (CSN), que futuramente se tornaria Unión de Naciones Suramericanas (Unasul); - Formação da ALBA, na qual a Venezuela tem papel protagonista; - Torna-se Estado-associado do Mercosul.
2005	- Petrocaribe nasce em 9 de junho de 2005, através do Acordo de Cooperação Energética assinado por 14 nações do Caribe durante o Primeiro Encontro Energético de Chefes de Estado e de Governo do Caribe sobre PetroCaribe.
2006	- Saída da Comunidade Andina (CAN). Com obrigações, direitos e vigência até abril de 2011; - Entrada do protocolo de adesão da Venezuela como Estado-membro do Mercosul; - O Tratado de Comércio dos Povos (TCP) é adicionado à Alba. Suas obrigações e direitos, com vigência até 22 de abril de 2011, restringem-se aos que assinaram o programa de liberalização comercial.
2008	- Criação da Unasul, da qual a Venezuela participa como Estado-membro fundador.
2011	- Criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac); - Incorporação da IIRSA como Foro Técnico para temas de planificação da integração física regional do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL.
2012	- A Venezuela torna-se Estado-membro do Mercosul.

Fonte: VENEZUELA (elaboração própria).

No levantamento e sistematização das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, das quais a Venezuela participou no período de 2004 a 2012, verificou-se uma grande regularidade nos encontros e uma grande multiplicidade de iniciativas, demonstrando a centralidade da integração na agenda da sua política externa. Destaca-se a participação da Venezuela nas Cúpulas¹⁵ que ocorreram nos âmbitos da *Celac*, *Associação dos Estados do Caribe (AEC)*, *Cúpula das Américas (OEA)*, *Unasul*, *Petrocaribe*, *Alba-TCP*, *CAN* e *Mercosul*.

Para além da participação em iniciativas como o Mercosul e a Unasul, destacam-se aqui as iniciativas que têm centralidade para a construção da integração bolivariana:

1. CELAC: a fundação da CELAC, um novo eixo de institucionalidade regional semelhante à OEA, mas sem a participação dos Estados Unidos e do Canadá, foi um passo importante em relação aos objetivos estratégicos da PEV dispostos no Plano Socialista Simón Bolívar. Desde a Cúpula de Fundação até o final de 2012, não ocorreu nenhum encontro entre os Chefes de Estado. Entretanto, desde 2013 até 2016, ocorreram Cúpulas anualmente.

¹³ Depois tem seu nome substituído por Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América.

¹⁴ Na 4ª Cúpula das Américas, ocorrida em Mar del Plata, em novembro de 2005, a articulação entre alguns Estados latino-americanos – Venezuela e os Estados membros do Mercosul – resultou no arquivamento do projeto da Alca.

¹⁵ Os encontros das representações dos Estados no Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) e na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) ocorrem por meio de Conselho de Ministros, que se reúne anualmente. Informações: <http://www.sela.org/es/consejo-latinoamericano/reuniones-ordinarias>

2. Integração energética: a Venezuela buscou construir arranjos regionais com foco no petróleo por meio da PetroAmérica, da PetroAndina, da PetroSul e da PetroCaribe. Cícero caracteriza a PetroAmérica como um “convênio complementar aos processos formais de integração” (2015, p. 159). A ideia é que a PetroAmérica se construa como um “guarda-chuva” no qual se desenvolveriam as iniciativas da PetroAndina e PetroCaribe. Entretanto, as demais iniciativas não avançaram tanto quanto a PetroCaribe que tinha como foco o fornecimento de petróleo em condições especiais para os países-membros. A PetroAndina acabou significando mais um espaço de articulação entre os países andinos produtores de hidrocarbonetos. Foram realizadas oito Cúpulas no período analisado.

3. Alba-TCP: para além de um novo modelo de integração baseado nos princípios de solidariedade e complementaridade, seria a configuração de um “projeto político estratégico” da Venezuela para ter o respaldo de outros Estados a suas propostas em organismos internacionais. As ações cooperativas da Alba estavam vinculadas, principalmente, às áreas de saúde e de educação, por meio da regionalização das *Misiones Sociales*, experiência antes desenvolvida em âmbito doméstico na Venezuela. Esse processo remete aos acordos cooperativos energéticos entre a Venezuela e Cuba, que estabelecem cooperação, com objetivo de fornecer os instrumentos para garantia dos direitos sociais da população. Nesse caso, a Venezuela oferta petróleo enquanto Cuba oferece serviços em matéria de saúde e educação. Destaca-se a *Misión Milagro*, programa social voltado para a população com problemas de saúde referentes à visão, e a regionalização de um método de alfabetização de jovens e adultos desenvolvido em Cuba, o “Yo sí puedo”.

Os arranjos com liderança venezuelana que retratam mais claramente o projeto *da integração bolivariana* se detiveram, majoritariamente, no fomento de articulação com países do Caribe. Isso retrata uma continuidade da PEV no que concerne à liderança na relação com os países caribenhos, traço já existente na atuação internacional do país no período do Pacto de *Punto Fijo*. Por outro lado, o conteúdo das relações passa a ter um forte cerne ideológico, mais que puramente pragmático. Assim, visualizam-se nas experiências da Alba-TCP e do PetroCaribe os principais exemplos desse processo. Aqui se confirma a hipótese de que a Venezuela buscou projetar a integração bolivariana por meio da *diplomacia petroleira*. Nessa perspectiva, Cícero (2015) considera que o eixo estruturante das iniciativas da PEV foi construído por meio do comércio cooperativo de petróleo. Em síntese, a renda petroleira é utilizada como instrumento para a projeção de um projeto de integração regional anti-imperialista e latino-americanista, ligada ao objetivo estratégico de construção de polos alternativos de poder, nesse caso, por meio do fomento à unidade latino-americana.

Limites para a consolidação da integração bolivariana

Após a explanação de como a PEV buscou impulsionar a construção da *integração bolivariana*, torna-se importante compreender os obstáculos colocados para a consolidação desse modelo de integração regional no período estudado. No plano econômico, o principal elemento foi a diminuição do preço do petróleo no mercado internacional e, por consequência, a necessidade de a PEV voltar seu foco para estratégias que atenuassem o impacto dessa queda na economia nacional (CÍCERO, 2015).

A condição de dependência estrutural da economia venezuelana torna-se ainda mais complexa pela condição rentista de sua economia. Parte-se da hipótese de que a conjuntura externa favorável às economias dependentes, com o aumento da demanda e dos preços das *commodities* (CARCANHOLO, 2013), associada à ascensão de líderes de esquerda na região, possibilitou a construção de arranjos regionais de teor alternativo na América Latina. De maneira específica, no tocante ao caso venezuelano, essas duas variáveis acima destacadas traduzem-se na elevação do preço do barril do petróleo e na eleição de Chávez como Presidente. Esses dois fatores, associados, resultaram no uso da diplomacia petroleira como instrumento para a construção de um projeto de política externa contra-hegemônico, com destaque para as iniciativas no plano da integração regional.

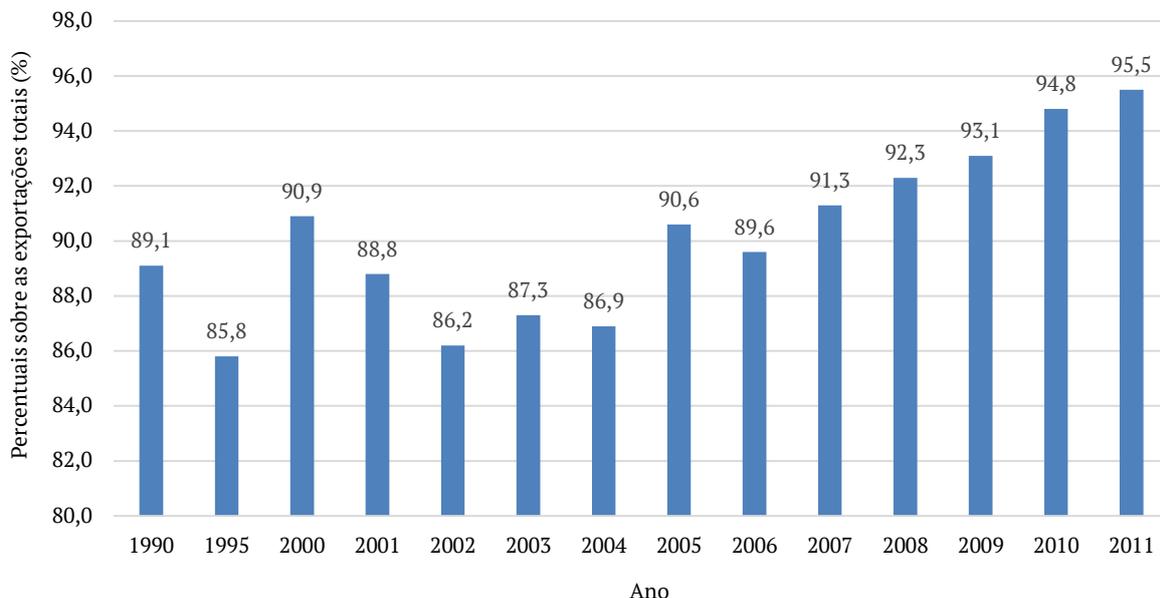
Entretanto, diante da reversão desse cenário externo favorável, ou seja, com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, estancou-se a principal fonte de recursos para o financiamento do projeto de integração regional acima descrito. Essa realidade confirma a análise de que os condicionantes estruturais da dependência se articulam aos fatores da conjuntura, ou seja, a situação concreta das economias dependentes varia de acordo com o momento histórico.

O agravamento dos elementos conjunturais torna ainda mais perversa a condição dependente das economias latino-americanas. No caso aqui analisado, a construção de arranjos regionais contra-hegemônicos depende da diplomacia petroleira venezuelana e, por consequência, de um cenário externo favorável no qual o preço do petróleo possibilite o uso da renda do petróleo para o financiamento dessas iniciativas.

Compreendendo a queda do preço do petróleo como fator definidor do avanço ou da retração da *integração bolivariana*, verifica-se a dimensão estrutural da dependência latino-americana diante da sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. A composição da pauta exportadora latino-americana, formada majoritariamente por produtos primários, torna nossas economias dependentes da variação do preço desses produtos na economia internacional.

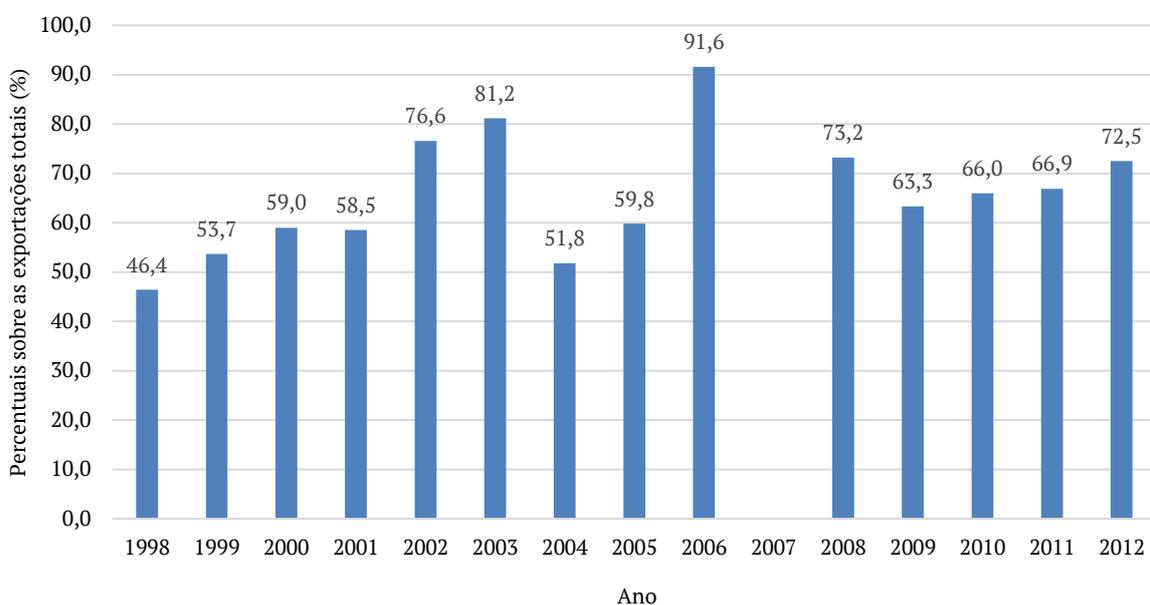
Em razão disso, os limites da consolidação da *integração bolivariana* estão totalmente ligados ao *padrão exportador de especialização produtiva* (OSÓRIO, 2012) da economia venezuelana. Os dados do Gráfico 2 apontam uma tendência ao crescimento da participação de bens primários no total das exportações venezuelanas, chegando a 95,5%, em 2011. Em particular, visualiza-se uma tendência ao aumento da exportação do petróleo cru, como demonstram os dados do Gráfico 3. Essa realidade evidencia, em suma, que o novo padrão exportador de especialização produtiva se intensifica no governo Chávez.

Gráfico 2 - Exportações de bens primários segundo a participação no total das exportações (percentuais sobre as exportações totais)



Fonte: Elaboração própria com base em CEPAL (2005, 2012, 2013).

Gráfico 3 - Exportações de petróleo cru com porcentagem do valor total das exportações (1998-2004)



Fonte: Elaboração própria com base em CEPAL¹⁶.

Por mais que a integração bolivariana signifique um avanço na consolidação de arranjos regionais (com foco em outras temáticas que consigam dar ressonância a valores da unidade latino-americana como mecanismo para combate ao imperialismo), há empecilhos estruturais que obstaculizam o avanço desse

¹⁶ Dados BADECEL/CEPAL, no qual há a ausência do ano de 2007. Cf. <https://bit.ly/3708pKK>

projeto regional. Especificamente, no que tange à integração bolivariana, isso se dá pela dependência direta do fluxo da renda petroleira, que se torna refém das variações supracitadas.

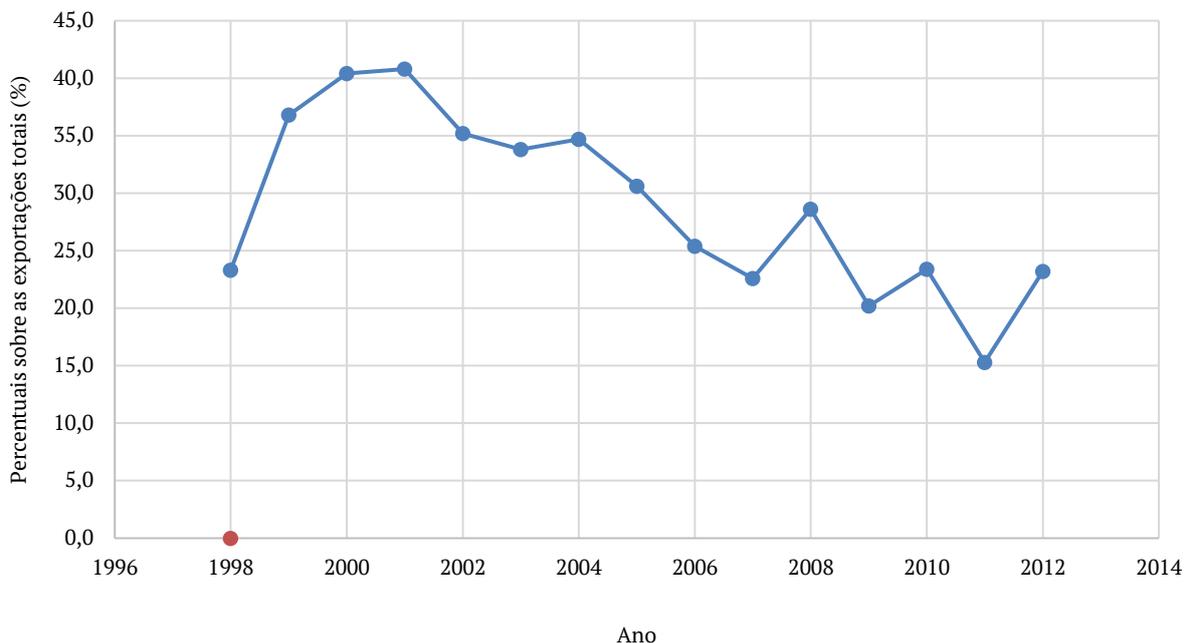
Nessa perspectiva, conjuntamente, Cícero (2015) aponta que os impactos da queda do preço do petróleo e da crise internacional afetaram a economia venezuelana a partir de 2008. Isso incidiu na reformulação da prioridade da inserção internacional venezuelana com vistas a reduzir os impactos derivados dessa queda do preço do petróleo, o que acabou por prejudicar o andamento da *integração bolivariana*, pois a renda do petróleo conformava o principal instrumento propulsor dos novos arranjos regionais liderados pela Venezuela. Nesse sentido, a estratégia de enfrentamento do cenário externo desfavorável foi priorizar o fortalecimento da relação com a China no que tange à exportação de petróleo.

Entende-se que as dificuldades também se expressaram, no plano político, devido à centralidade da liderança da Venezuela na articulação e no impulso das iniciativas que se enquadram na perspectiva da *integração bolivariana*. Já no plano econômico, a queda do preço do petróleo impossibilitou a continuidade dos acordos que previam o fornecimento de petróleo em condições especiais para os países da PetroCaribe (CÍCERO, 2015) e o financiamento das demais iniciativas regionais a partir da renda petroleira, principalmente no campo dos projetos sociais ligados às áreas de saúde e educação, por exemplo.

Com a queda do preço do petróleo no final de 2008, a Venezuela estabelece uma série de acordos comerciais com a China para fornecimento de hidrocarbonetos. Quanto à dinâmica da economia internacional, esse aumento das exportações de petróleo da Venezuela para a China diz respeito à grande demanda energética da economia industrial chinesa em ascensão. Segundo Cícero (2015), a tentativa venezuelana de garantir o cumprimento dos acordos estabelecidos com a China esbarrou em limites estruturais. O primeiro deles refere-se à necessidade de aumentar a produção de petróleo ou remanejar parte das exportações petroleiras dos Estados Unidos para a China. O segundo alude aos gastos decorrentes da logística de transporte, tendo em vista a distância entre China e Venezuela. Além disso, a dificuldade das refinarias chinesas no refino do petróleo venezuelano, mais pesado que o petróleo exportado do Oriente Médio.

Nesse sentido, mantém-se a histórica relação de exportação com os Estados Unidos. Os dados do Gráfico 4 apontam a porcentagem das exportações da Venezuela para os Estados Unidos em comparação à oferta do total de exportações e demonstram a manutenção de cerca de 20% das exportações para esse país.

Gráfico 4 - Exportações venezuelanas para os Estados Unidos segundo a participação no total das exportações (percentuais sobre as exportações totais)



Fonte: Elaboração própria com base em VENEZUELA (2012b).

Outro limite analisado diz respeito ao combate ao regionalismo aberto. Visualiza-se o avanço dos arranjos regionais de cunho político na América Latina, muitos deles protagonizados pela Venezuela (Alba e PetroCaribe), e a inserção de outras temáticas, para além da econômica, na agenda da integração regional (Unasul, Mercosul, Celac, entre outras). A derrota da Alca, como principal representação do regionalismo aberto, não resultou em uma diminuição de articulações pautadas pelos princípios neoliberais; essas continuaram a ocorrer por meio da formação de diversos Tratados de Livre Comércio (TLCs).

Por fim, consideram-se também as contradições imbricadas na tentativa de consolidação de um projeto de integração regional de cunho socialista numa realidade na qual vigora a dinâmica do modo de produção capitalista. A construção de alternativas, como a Alba e a PetroCaribe, através do modelo de vantagens cooperativas e comércio compensado, representa um avanço na projeção de novas possibilidades de enfrentamento à transferência de valor dos países de economia dependente.

Considerações Finais

Este artigo apresentou a hipótese de que a integração regional ocupou um lugar central na agenda da PEV entre 2004 e 2012. Entende-se que, no período analisado, delineou-se uma forte vinculação entre a viabilização da proposta de integração bolivariana e a renda petroleira. Assim, observou-se uma inflexão no que tange ao projeto político para a região latino-americana, mas persistiu a centralidade do petróleo como elemento definidor e norteador da política externa.

Considera-se a integração bolivariana como uma possibilidade de construir modelos e experiências alternativas no âmbito da integração latino-americana. Essas experiências construíram acúmulos, mas

certamente não é o elemento da integração regional de maneira isolada que levará à superação do modo de produção capitalista – ainda mais quando o avanço da *integração bolivariana* está condicionado à renda petroleira. Por consequência, o avanço ou o estancamento desse projeto de integração tornou-se refém da variação do preço do petróleo na economia internacional.

Dessa forma, a integração bolivariana consolidou-se como uma proposta inovadora no campo da integração latino-americana e caribenha, retomando o elemento da unidade latino-americana e a importância de se construir mecanismos de combate às relações de dominação externa em voga na América Latina, a partir da luta anti-imperialista. Entretanto, os condicionantes estruturais da dependência das economias latino-americanas, e neste caso especificamente o rentismo petroleiro venezuelano, limitaram o avanço dessas experiências.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Josette (Ed.). **América Latina y el Caribe: ALBA: ¿Una nueva forma de integración regional?** Buenos Aires: Teseo/FLACSO, 2011, 242 p.
- BAPTISTA, Asdrubal. El capitalismo rentístico: elementos cuantitativos de la economía venezolana. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, nº 60, ano 22, Tercera Época, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082005000300005>. Acesso em 10 ago. 2016.
- BAPTISTA, Asdrubal; MOMMER, Bernard. Renta petrolera y distribución factorial del ingreso. In: NISSEN, Hans Peter, MOMMER, Bernard (Orgs.) **¿Adiós a la Bonanza? Crisis de la Distribución del ingreso en Venezuela**. Caracas: Nueva Sociedad, 1989.
- BOCCA, Pedro P. **Livre-comércio dependente, lutas sociais e a formação se um campo antineoliberal na América Latina**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, PUC – SP, São Paulo, 2013.
- CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a11v11n1.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2014.
- CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2004**. Santiago, Chile: Publicación de las Naciones Unidas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/918/1/S0411860_mu.pdf>. Acesso em 12 set. 2016.
- CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2012**. Santiago, Chile: Publicación de las Naciones Unidas, 2012. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/927/1/S1200867_mu.pdf>. Acesso em 19 set. 2016.
- CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2013**. Santiago, Chile: Publicación de las Naciones Unidas, 2013. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35864/1/S2013688_mu.pdf>. Acesso em 21 set. 2016.
- CEPAL. **Banco de Datos del Comercio Exterior de América Latina y el Caribe (BADACEL)**. [s.d.]. Disponível em: <www.interwp.cepal.org/badacel/index.html>. Acesso em 12 set. 2016.

- CÍCERO, P. H. M. **O rentismo petrolero e seus impactos para a política externa venezuelana**. 2015. 245f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas, 2015.
- CORONIL, Fernando. La naturaleza de la nación: fetichismo del Estado y nacionalismo In: BRACAMONTE, L.; CAROSIO, A.; LÓPEZ, L. (Org.). **Antología del pensamiento crítico venezolano contemporáneo**. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 315-361.
- EWELL, Judith. “Venezuela 1930-1990”; In: BETHELL, Leslie (org.) **História de América Latina. Tomo XVI: Los países andinos desde 1930**. Barcelona: Crítica, 2002.
- FERREIRA, Mariana Davi. **A política externa venezuelana para a integração regional (2004 – 2012): entre a dependência estrutural e a unidade latino-americana**. 2016. 228p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Centro Sócio- Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 188 p.
- KATZ, Claudio. Tres proyectos en disputa. In: KATZ, Claudio. **La página de Claudio Katz, textos de ciencias sociales**, América Latina, 2010. Disponível em: <www.katz.lahaine.org/?p=198>. Acesso em 10 ago. 2016
- MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARX, K. **Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria**. S. Paulo: Exp. Popular, 2009.
- OLIVEIRA, Renata Peixoto de. **Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)**. 2011. 182 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011.
- OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 103-133.
- POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- RUIZ, José Briceño. Los cambios en la política exterior de Venezuela y “el giro hacia el sur” de Chávez. In: BIZZOZERO, Lincoln; CLEMENTE, Isabel (Org.). **La política internacional en un mundo en mutación**. Montevideo: EBO, 2011. p. 47-75.
- SEABRA, Raphael. **A primeira revolução do século XXI? Bolivarianismo e socialismo na Venezuela**. 2012. 237 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNB, Brasília, 2012.
- SERBIN, Andrés. **Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2010.
- SOUZA, Nilson Araújo de. América Latina: as ondas de integração. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, Vol. 11, nº 1, p. 87-126, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/296/168>>. Acesso em 20 jan. 2015.

- VENEZUELA. Constituição (1999). **Constituição da República Bolivariana da Venezuela**: promulgada em 30 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.mp.gob.ve/LEYES/constitucion/constitucion1.html>>. Acesso em 20 jul. 2016.
- VENEZUELA. HARNECKER, Marta (Org.). **Taller de Alto Nivel “El nuevo mapa estratégico” 12 y 13 de noviembre de 2004**: intervenciones del presidente de la república Hugo Chávez Frías. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2005.
- VENEZUELA. Presidência da República Bolivariana da Venezuela. **Proyecto Nacional Simón Bolívar Primer Plan Socialista – PPS – Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013**, 2007. Disponível em: <<http://www.mppeuct.gob.ve/el-ministerio/politicas/leyes-y-planes/proyecto-nacional-simon-bolivar-primer-plan-socialista-pps>>. Acesso em 20 jun. 2016.
- VENEZUELA. **Emancipación de la política exterior de Venezuela**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, 2012a. 175 p.
- VENEZUELA. **Instituto Nacional de Estadística**. Económicos. Comercio Exterior. Series de Exportaciones. 2012b. Disponível em: <<http://www.ine.gov.ve/>>. Acesso em 26 ago. 2016.
- VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **Organismos Multilaterales**. [s.d.]. Disponível em: <<http://mppre.gob.ve/organismos-multilaterales>>. Acesso em 12 set. 2016.
- WORLD BANK. **World Bank Commodity Price**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>>. Acesso em 23 jul. 2016.

*Recebido em 24 de outubro de 2019.
Aprovado em 3 de dezembro de 2019.*

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a plataforma de política externa venezuelana (PEV) para a integração regional entre 2004 e 2012, no contexto do governo de Hugo Chávez Frías. Para tal, a análise considera as contradições implicadas entre as possibilidades advindas da renda petroleira para financiar um projeto de integração latino-americanista e os limites de consolidação deste ante as dificuldades de superação do rentismo e do subdesenvolvimento como traço estrutural de uma economia dependente. A hipótese aqui aventada é a de que o Estado venezuelano fez uso da diplomacia petroleira para impulsionar seu projeto de integração anti-imperialista e latino-americanista. A pesquisa, de cunho qualitativo e caráter exploratório, centrou-se na análise bibliográfica e documental: exame de documentos oficiais do *Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores* e de dados da economia venezuelana. Os resultados encontrados apontam que a integração bolivariana ocupou um lugar central na agenda da PEV e que os limites para sua consolidação derivam da forte vinculação entre a implementação desse modelo de integração e a renda petroleira.

Palavras-chave: Integração Bolivariana; Capitalismo Dependente; Diplomacia Petroleira

ABSTRACT

This article aims to analyze Venezuela's foreign policy platform towards regional integration between 2004 and 2012, in the context of Hugo Chávez Frías government. Therefore, the focus is on the contradictions between the possibilities generated from oil revenue to finance a Latin-Americanist integration project and the limitations of its consolidation, considering the difficulties to overcome underdevelopment as a structural element of a dependent economy. In this sense, the hypothesis presented is that the Venezuelan State enforced oil diplomacy to promote its anti-imperialist and Latin-Americanist integration project. The research, qualitative and exploratory in its nature, is centered on bibliographic and documental analysis: review of official documents from *Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores* and economic data. The results point that Bolivarian integration occupied a central place of Venezuela's foreign policy and that the limits to its consolidation are based on the strong linkage between its implementation and oil revenue.

Key-words: Bolivarin Integration; Dependent Capitalism; Oil Diplomacy.

COPYRIGHT:

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

